

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 123

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**LUIZ CARLOS ZUK**

1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**

2º Vice-Presidente - PPB

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**

1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**

2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**

3º Secretário - PSDB

**IRONDI PUGLIESI**

4ª Secretária - PPB

**ÂNGELO VANHONI**

5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Governo ..... Deputado Valdir Rossoni  
PFL..... Deputado Plauto Miró  
PTB..... Deputado Valdir Rossoni  
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti  
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi  
PT ..... Deputado Péricles H. de Mello  
PDT ..... Deputado Edgar Bueno  
PL ..... Deputado Horácio Rodrigues  
PSN..... Deputado Emerson Nerone  
PSDB.....

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE SETEMBRO DE 1998**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 037/98

Curitiba, 04.09.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras no valor de R\$960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), ao vigente orçamento do Instituto de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 11.974, de 22 de dezembro de 1997.

O ajuste ora solicitado acima, é para a construção de usinas de conhecimento nos Municípios de Foz do Iguaçu, Paranavaí, Arapongas, Rio Negro e continuidade da construção da Universidade do Esporte em Curitiba.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica ajustado o Programa de Obras constante do Anexo V da Lei Orçamentária de 1998, no valor de R\$960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), de acordo com os Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRÉSCIMO DAS OBRAS	A N E X O I ANEXO	FL.01 R\$ 1,00
------------------------	----------------------	-------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROC.
4300	Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional			
4330	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR			
2158	Infra-Estrutura e Apoio Logístico à Rede Escolar e ao Estudante			
138	Arapongas			
0039	Construir uma Usina de Conhecimento (A)	25	144.000	1543
280	Curitiba			
0006	Construir Universidade do Esporte (A)	25	384.000	1543
330	Foz do Iguaçu			
0040	Construir uma Usina de Conhecimento (A)	25	144.000	1543
600	Paranavaí			
0041	Construir uma Usina de Conhecimento (A)	25	144.000	1543
700	Rio Negro			
0042	Construir uma Usina de Conhecimento (A)	25	144.000	1543

TOTAL	TES. O.F.	960.000 0
-------	--------------	--------------

REDUÇÃO DAS OBRAS	A N E X O II ANEXO	FL.01 R\$ 1,00
----------------------	-----------------------	-------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROC.
4300	Secretaria Especial de Desenvolvimento Educa- cional			
4330	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR			
2158	Infra-Estrutura e Apoio Logístico à Rede Esco- lar e ao Estudante			
144	Araucária			
0003	Construir uma Usina de Conhecimento (A)	25	240.000	1543
230	Cascavel			
0002	Construir uma Usina de Conhecimento (A)	25	240.000	1543
334	Francisco Beltrão			
0004	Construir uma Usina de Conhecimento (A)	25	240.000	1543
604	Pato Branco			
0001	Construir uma Usina de Conhecimento (A)	25	240.000	1543
T O T A L		TES. O.F.	960.000 0	

### À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 038/98

Curitiba, 04.09.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consi-  
deração dessa egrégia Assembléia Legislativa,  
anteprojeto de lei que aprova um crédito suplemen-  
tar no valor de R\$5.474.086,00 (cinco milhões, qua-  
trocentos e setenta e quatro mil e oitenta e seis  
reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado  
dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº  
11.974, de 22/12/97, visando atender o Projeto  
Estradas Rurais - Caminhos da Educação.

Esclareço também que os recursos para cober-  
tura do referido crédito suplementar são decor-  
rentes de dotações da própria Secretaria de Estado  
dos Transportes.

Certo de poder contar com a atenção dessa  
egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa

Excelência as expressões do meu mais alto apreço e  
consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplemen-  
tar ao vigente Orçamento Geral do Estado, apro-  
vado pela Lei Estadual nº 11.974, de 22 de dezembro  
de 1997, no valor de R\$5.474.086,00 (cinco milhões,  
quatrocentos e setenta e quatro mil e oitenta e seis  
reais), e ajuste de obras no valor de R\$7.934.086,00  
(sete milhões, novecentos e trinta e quatro mil e  
oitenta e seis reais), conforme Anexos I e VII desta  
lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura  
do crédito de que trata o artigo anterior, igual

importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo anterior desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III, IV, V e VI desta lei.

Art. 4º - Fica alterado o Anexo V de obras, da Lei Orçamentária, conforme Anexos VII e VIII desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA	A N E X O I ANEXO	FL. 01 R\$ 1,00
-----------------------------	----------------------	--------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	L D R	VALOR	N.DO PROC COP
7100	Secretaria de Estado dos Transportes					
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER					
1181	Estradas Rurais - Caminhos da Educação	4490.51	25	L	5.474.086	1568

T O T A L					5.474.086	
-----------	--	--	--	--	-----------	--

CANCELAMENTO DE DESPESA	A N E X O II ANEXO	FL. 01 R\$ 1,00
----------------------------	-----------------------	--------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	L D R	VALOR	N.DO PROC COP
7100	Secretaria de Estado dos Transportes					
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER					
1180	Construção de Rodovias	4490.51	07	L	5.474.086	1567

T O T A L					5.474.086	
-----------	--	--	--	--	-----------	--

ACRÉSCIMO RECEITA CENTRALIZADA	A N E X O III ANEXO	FL. 02 R\$ 1,00
-----------------------------------	------------------------	--------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
2211.09.00	Venda de outras ações	25	5.474.086	1567

TOTAL	5.474.086
-------	-----------

REDUÇÃO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO IV ANEXO	FL. 02 R\$ 1,00
---------------------------------	-------------------	--------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
2642.01.00	Transferências de Convênios com Órgãos Federais	07	5.474.086	1567

TOTAL	5.474.086
-------	-----------

ACRÉSCIMO RECEITA DESCENTRALIZADA	ANEXO V ANEXO	FL. 03 R\$ 1,00
--------------------------------------	------------------	--------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado dos Transportes			
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER			
2412.25.00	Transferências da Venda de Ações e/ou devolução de Capital subscrito	25	5.474.086	1567

TOTAL	5.474.086
-------	-----------

REDUÇÃO RECEITA DESCENTRALIZADA	ANEXO VI ANEXO	FL. 03 R\$ 1,00
------------------------------------	-------------------	--------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
	Secretaria de Estado dos Transportes			
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER			
2412.07.00	Transferências de Convênios com Órgãos Federais	07	5.474.086	1567

TOTAL	5.474.086
-------	-----------

SUPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS	A N E X O VII ANEXO	FL. 04 R\$ 1,00
----------------------------	------------------------	--------------------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
7100	Secretaria de Estado dos Transportes			
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER			
1180	Construção de Rodovias			
184	Braganey			
0018	Construir Braganey - Iguatu (B)	25	1.650.000	1569
822	Teixeira Soares			
0015	Construir Teixeira Soares - Guaragi (B)	25	800.000	1569
1181	Estradas Rurais - Caminhos da Educação			
168	Boa Esperança			
0061	Executar Terraplenagem e Pavimentação Asfáltica Sede - Paranaguá (A)	25	635.000	1568
236	Centenário do Sul			
0075	Executar terraplenagem e pavimentação asfáltica Centenário do Sul - Volta Seca (A)	25	700.000	1568
432	Janiópolis			
5209	Executar pavimentação asfáltica no trecho BR-272 ao Distrito de Bredópolis	25	74.000	1568
618	Pinhalão			
5066	Construir estrada ligando Pinhalão à Lavrinha	25	1.224.000	1568
710	Sabáudia			
0233	Executar recapeamento asfáltico no trecho Sede - Bom Progresso PR-218 em Sabáudia	25	603.000	1568
760	São Jerônimo da Serra			
0186	Executar terraplenagem e pavimentação asfáltica em São Jerônimo da Serra - Terra Nova (A)	25	2.238.086	1568
344	Guaíra			
2380	Conservação do Sistema Rodoviário Estadual			
344	Guaíra			
0037	Executar Cobertura da Praça de Pedágio Ponte Guaíra	71	10.000	1569

TOTAL	TES. O.F.	7.924.086 10.000
-------	--------------	---------------------

CANCELAMENTO  
DAS OBRAS

A N E X O VIII  
ANEXO

FL. 04  
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
7100	Secretaria de Estado dos Transportes			
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER			
1180	Construção de Rodovias			
198	Cambé			
0023	Construir Cambé - Vila Prado Ferreira (A)	25	650.000	1569
212	Campo Mourão			
5128	Executar pavimentação da BR-158, que liga os Municípios de Campo Mourão a Roncador	07	5.474.086	1568
344	Guaíra			
0013	Construir acessos a Ponte sobre o Rio Paraná (A)	25	1.800.000	1569
2380	Conservação do Sistema Rodoviário Estadual			
344	Guaíra			
0039	Executar contorno viadutos e acessos à Ponte de Guaíra do lado do Estado do Paraná	71	10.000	1569

T O T A L      TES.      7.924.086  
O.F.      10.000

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 039/98

Curitiba, 04.09.98.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cambé, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 7.024, de 14 de julho de 1978, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na sede do Município de Cambé, designado por datas nºs 13 e 14, da quadra nº 38, com área total de 1.104,45m², con-

tendo edificações em alvenaria com aproximadamente 150,00m².

A medida legal ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que o referido bem será utilizado pela concessionária, exclusivamente, para ali manter instalada e em funcionamento a Guarda Mirim daquela municipalidade.

Cabe, ainda, frisar que o mencionado anteprojeto de lei contém disposições no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, cuja duração será até 31 de dezembro de 1998, permitida prorrogação por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes e, havendo necessidade, poderá o imóvel ser retomado a qualquer tempo pelo Estado do Paraná.



Ficará, a cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Cambé, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 7.024, de 14 de julho de 1978, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na sede do Município de Cambé, designado por datas nºs 13 e 14, da quadra nº 38, com área total de 1.104,45m², objeto da Transcrição nº 9.826, do livro 3/13, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Londrina, contendo edificações em alvenaria com aproximadamente 150,00m³ | 220.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei será cedido à Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Cambé para ali manter instalada e em funcionamento a Guarda Mirim daquela municipalidade, podendo o mesmo ser retomado a qualquer tempo pelo Estado, tendo esta cessão duração até 31 de dezembro de 1998, permitida prorrogação por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, ficando, ainda, a entidade cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 040/98

Curitiba, em 04. 09.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei

que objetiva acrescentar um inciso ao art. 5º, da Lei nº 10.014, de 29 de junho de 1992, que trata da criação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

É oportuno esclarecer que a proposição formulada refere-se à necessidade de divulgação permanente dos programas e ações do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, considerando que entre as funções principais daquele Colegiado, consta a formulação da política de promoção e defesa dos direitos da Criança e do Adolescente, observados os preceitos constitucionais.

Vale, também, salientar que a medida legal ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que visa incluir no texto da referida Lei nº 10.014/92, dispositivo que permita a divulgação das ações do mencionado Conselho, bem como a elaboração de publicações promocionais de matéria relativa à Infância e Juventude.

Certo de que esta matéria merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O art. 5º, da Lei nº 10.014, de 29 de junho de 1992, fica acrescido do inciso XIV, com a seguinte redação:

“XIV - Autorizar a divulgação, por escrito, das ações do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente e propor publicações promocionais de matéria relativa à infância e a juventude.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 041/98

Curitiba, em 04.09.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar à Escola Especializada Primavera, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná (FUNDEPAR), situado nesta Capital, no bairro Santa Felicidade, com área de 755,75m².

Vale esclarecer que a Escola Especializada Primavera, sociedade civil de caráter assistencial e filantrópico, sem intuítos lucrativos, foi declarada

de Utilidade Pública pela Lei nº 6.303, de 08 de agosto de 1972.

A medida legal ora proposta, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que visa a construção de edificações que servirão para instalar e manter em funcionamento no local, projetos voltados aos portadores de deficiência mental treinável atendidos por aquele estabelecimento de ensino especial.

O Conselho de Administração da FUNDEPAR decidiu pela aprovação da proposta, em reunião realizada no dia 28 de abril de 1998. Também, manifestaram-se favoravelmente, a Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenação do Patrimônio do Estado e a Secretaria de Estado do Governo.

Cabe, por último, frisar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições, para desenvolvimento do projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da escritura, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado. Ficará, ainda, referido imóvel, gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Escola Especializada Primavera, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná (FUNDEPAR), designado por lote de terreno nº 8-B, parte do lote de terreno nº 8 (oito), da quadra "B", da planta "Parque Ouro Verde", situado nesta Capital, no bairro Santa Felicidade, com área de 755,75m², registrado em parte da transcrição nº 15.499, do livro 3-J, do Cartório de Registro de Imóveis da 9ª Circunscrição, da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - A área de que trata o art. 1º desta lei será doada à Escola Especializada Primavera, para que a mesma construa edificações que servirão para instalar e manter em funcionamento no local, projetos voltados aos portadores de deficiência mental treinável atendidos por aquele estabelecimento de ensino especial, cuja instalação deverá estar concluída no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da escritura, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado, ficando, ainda, referido imóvel, gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 042/98

Curitiba, em 04.09.98.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva desafetar do uso comum, as áreas designadas Ruas nºs 01 a 07, localizadas na Chácara Patrimônio Jurema, Município de Amaporã, de propriedade do Estado do Paraná e autorizar o Poder Executivo a doá-las à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

A medida legal ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que visa a regularização do Programas de Vilas Rurais, em desenvolvimento naquele município.

Convém salientar que as áreas confrontantes às aqui mencionadas já são de propriedade daquela companhia e, após unificação, serão as mesmas subdivididas conforme as exigências do empreendimento.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam desafetadas do uso comum, as áreas designadas por Ruas nºs 01 a 07, com área total de 32.771,56 m², localizadas na Chácara Patrimônio Jurema, Município de Amaporã, de propriedade do Estado do Paraná, conforme o que consta das matrículas nºs 29.853 a 29.859, todas do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Paranavaí e autorizado o Poder Executivo a doá-las à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Art. 2º - As áreas de que trata o art. 1º desta lei, serão utilizadas pela COHAPAR em conjunto com outras áreas de seu domínio, na regularização do Programa de Vilas Rurais, do Município de Amaporã.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

### OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/291/98, do Senhor Governador do Estado, comunicado haver sancionado o Projeto de Lei nº:

633/97: De autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que determina abono de faltas a servidores que participaram das manifestações que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.255. **Anote-se - Archive-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/297/98, do Senhor Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 502/97, de autoria do Deputado Sérgio Spada. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 061/98, do Senhor José Ramalho - Chefe da Secretaria de Apoio aos Sistemas Estaduais, comunicando que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e a Universidade Estadual de Maringá, firmaram Termo Simplificado de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, relativo ao Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, no valor de R\$22.544,50, sendo R\$18.666,00 - proveniente da EMBRAPA e R\$3.878,50 - de contrapartida. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1120/98, do Senhor Cicero Silva Junior - Secretário de Educação a Distância - interino - comunicando convênio, no valor de R\$862.560,00 (oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e sessenta reais), celebrado com a Secretaria de Educação do Estado, destinado a capacitação de recursos humanos na área de informática na educação, conforme diretrizes do Programa Nacional de Informática na Educação - PROINFO. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 784/98, do Senhor Artagão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Resolução nº 4.058/98-TC, em cumprimento ao Provimento 04/91, que dispõe sobre a homologação pelo Tribunal de Contas, dos cálculos de participação municipal no produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, para o exercício de 1998. **Ao conhecimento da Casa.**

OF. AUDIG/RETEX-1383/98

Curitiba, em 29.07.98.

Senhor Presidente.

Reportando-nos ao nosso expediente AUDIG/RETEX-1001/98, de 01.06.98 e tendo em vista que o saneamento financeiro do BANESTADO aguarda a homologação do Senado Federal, a qual deverá ocorrer nos próximos sessenta dias, e que o encerramento do balanço, bem como a publicação das demonstrações financeiras só poderão ser realizados após cumprida aquela formalidade, solicitamos-lhe nova prorrogação de prazo, até 31 de outubro de 1998, para a prestação de contas anual do Banco do Estado do Paraná S/A, BANESTADO S/A - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, BANESTADO Leasing S/A - Arrendamento Mercantil, BANESTADO S/A - Participações, Administração e Serviços e Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, relativamente ao exercício financeiro de 1997.

Contando com a compreensão e anuência dessa Casa de Leis, aguardamos um pronunciamento de Vossa Excelência a respeito do assunto e subscrevemo-nos.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) ALDO DE ALMEIDA JUNIOR

Vice-Presidente no exercício da Presidência

Banco do Estado do Paraná S/A

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a apreciação e tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 340/98, que dá providências no referente aos docentes de ensino superior.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) BETO RICHÁ

### REQUERIMENTO Nº 1550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) RICARDO CHAB

### REQUERIMENTO Nº 1548

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a constituição de Comissão Especial para proceder estudos e propostas necessárias à implantação da Caixa Econômica Estadual, conforme preconizado pela Lei nº 5503/67 e disposições legais em vigor.

A Comissão, constituída de 05 (cinco) membros, incluindo ainda 01 (um) representante do Poder Executivo, 01 (um) do Banco do Estado do Paraná / BANESTADO, 01 (um) do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul / BRDE, 01 (um) representante da Federação das Indústrias do Paraná / FIEP, 01 (um) da Associação Comercial do Paraná, 01 (um) da Federação da Agricultura do Paraná, terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar seu relatório e demais providências.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) BETO RICHÁ

#### JUSTIFICATIVA:

Com a privatização do BANESTADO, o Estado do Paraná corre o risco de ficar sem nenhum instrumento de poupança interna que viabilize o desenvolvimento regional. Assim, é da maior importância que se dê atenção especial à Lei nº 5503/97, sancionada pelo então Governador Paulo Pimentel.

A lei autorizou o Executivo a criar a Caixa Econômica Estadual, destinada a receber depósitos populares, incentivar o hábito da poupança e estimular a circulação de riquezas. Os depósitos seriam aplicados preferencialmente nos municípios e em projetos de desenvolvimento econômico e social, geradores de emprego e renda.

Não é sem razão que países como a Alemanha, a Itália e outros, têm incentivado a existência de Caixas de Poupança regionais que direcionam seus recursos em investimentos locais e com extraordinário alcance social e econômico.

Assim, o presente requerimento visa trazer a discussão de tão importante assunto para o âmbito desta Casa, dando-lhe condições de oferecer tanto ao Executivo como à sociedade paranaense um contributo condizente e da maior importância.

#### REQUERIMENTO Nº 1518

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao Município de Mallet, pelo transcurso de seus 86 anos de emancipação política, no próximo dia 21 de setembro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Silvestre

Gabriel Przybysz, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Sr. Claudio Raimundo Kowalski Kancinski, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mallet.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Toda a população do Município de Mallet com grande alegria vê transcorrer, no próximo dia 21 de setembro de 98, seus 86 anos de emancipação política.

O Município de Mallet tem sua principal atividade na agricultura, sendo sua população constituída, em sua maioria, de pequenos agricultores que continuam dando o melhor de seus esforços em prol da grandeza do município.

Parabenizamos a laboriosa e ordeira população de Mallet, na significativa data em que se comemora seus 86 anos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná orgulha-se em transmitir a toda a comunidade malletense, que acredita num futuro próspero para o município, todo o respeito, reconhecimento e admiração, na certeza de que continuará em sua árdua missão, colaborando para o bem estar de todos.

#### REQUERIMENTO Nº 1519

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de São Mateus do Sul, pelo transcurso, no próximo dia 21 de setembro, do seu 90º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Luiz Adir Gonçalves Pereira, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito, Sr. Belmiro da Silva Leme, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 21 de setembro, o Município de São Mateus do Sul estará completando seus 90 anos de emancipação política. Data essa, que certamente será comemorada com grandes festividades, pois a população de São Mateus do Sul é sempre merecedora de todo o nosso respeito pela eficiente colaboração em prol do desenvolvimento cada vez mais acentuado do município.

Congratulamo-nos, portanto, pelo espírito de luta e companheirismo demonstrado por todos os

munícipes através da união de forças em benefício do progresso de São Mateus do Sul, para alegria e galardão de todos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a toda a população, efusivos cumprimentos pela passagem da magna data, principalmente àqueles que acreditam que é somente com muito trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro construindo um Paraná melhor para todos os paranaenses.

#### REQUERIMENTO Nº 1520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Rebouças, pela passagem do seu 68º aniversário de emancipação política, no próximo dia 21 de setembro.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Luiz Everaldo Zack, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito Sr. Afonso Aparecido Cardoso, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rebouças.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Desmembrado de São João do Triunfo e instalado em 21 de setembro de 1930, Rebouças irá comemorar festivamente sua data de emancipação política.

É justo que prestemos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a toda população que continua dando sua eficiente colaboração em prol do desenvolvimento cada vez maior do município.

Tendo sua principal atividade na agricultura, o Município de Rebouças vem se sobressaindo, pois seus administradores procuram dar maior reforço a essa vocação agrícola.

Portanto, toda a população de Rebouças merece a nossa admiração e respeito, certos de que é com trabalho e dedicação que se contribui para a grandeza do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar associa-se a todas as homenagens devidas ao município e região.

#### REQUERIMENTO Nº 1543

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratu-

lações e aplausos à Gelger - Indústria e Comércio de Radiadores Ltda., na pessoa de seu proprietário Siegfried Bobel, extensivos aos seus familiares e funcionários, pelos relevantes serviços prestados à sua clientela amiga da Cidade de Curitiba, região metropolitana e do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Gelger - Indústria e Comércio de Radiadores Ltda., firma conceituada no ramo de radiadores em geral, vem há mais de 40 anos no mercado de Curitiba e de todo o Estado, sob a sábia direção de seu sócio-proprietário Siegfried Bobel, desenvolvendo um excelente trabalho à sociedade curitibana e paranaense, com esmero, carinho e dedicação, direcionados também ao bem-estar social das pessoas menos favorecidas.

#### REQUERIMENTO Nº 1544

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos à Umbrella - Pré-Escola de Ensino de 1º Grau, na pessoa de sua diretora Glória Edite Pinto Ribeiro, extensivos aos demais professores, funcionários e alunos.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Pré-Escola de Ensino de 1º Grau Umbrella, fundada há 18 anos, sob a brilhante direção da Professora Glória Edite Pinto Ribeiro, vem desenvolvendo um excelente trabalho dirigido a educação das crianças do bairro e adjacências, com brilhantismo, dedicação e esmero, assistindo aos mais de 300 alunos que freqüentam diariamente este estabelecimento educacional de nossa cidade.

#### REQUERIMENTO Nº 1521

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Heinz Georg Herwig, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de uma ponte ligando as localidades de Vila São Luiz e Palmeirinha, junto ao Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Sérgio Jasinski, Vereador da Câmara Municipal de Ponta Grossa (Av. Visconde de Taunay, 880 - Ponta Grossa / PR - CEP 84.051-000).

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**JUSTIFICATIVA:**

A reivindicação do pleito, é uma antiga aspiração dos moradores residentes próximo à região da Vila São Luiz e Palmeirinha, uma vez que a construção de uma ponte fará importante ligação no acesso daquela área.

Por se tratar de um benefício primordial que facilitará a circulação dos munícipes da região que aguardam há mais de um ano pelo início de obras prometidas pelo DER, espera-se agora, que o Governo do Estado do Paraná concretize tal reivindicação.

Salientamos ainda, que preocupados com a questão, a Câmara Municipal de Ponta Grossa, através do seu Vereador Sérgio Jasinski, nos encaminhou o Ofício nº 0873/98, onde expõe a necessidade urgente da construção de uma ponte que beneficiará diretamente a população pontagrossense na circulação e transporte de cargas, principalmente na comercialização da safra agrícola, o acesso à Escola e ao comércio.

**REQUERIMENTO Nº 1530**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Presidente da Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando providências no sentido de atender a reivindicação dos moradores do Barro Preto, Município de Ventania, para instalação de telefones residenciais e comerciais em número de 30 (trinta) naquela localidade.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A localidade de Barro Preto, no Município de Ventania, encontra-se a 14 km da sede municipal e tem uma população aproximada de 3500 (três mil e quinhentos) habitantes.

Há tempos a comunidade vem sofrendo com a falta de telefones, acarretando dificuldades de toda ordem.

Com a expansão dos meios de comunicação é inadmissível que seus moradores fiquem isolados.

Faz-se necessário providências urgentes por parte da TELEPAR, para solucionar o problema que afeta o Barro Preto.

**REQUERIMENTO Nº 1531**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário REQUER envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas Presidente da SANEPAR, em atendimento à reivindicação da Associação dos Moradores do Jardim Ofélia, Município de São José dos Pinhais -

PR, solicitando a implantação do sistema de abastecimento de água no saneamento básico.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

O Município de São José dos Pinhais, hoje com uma das maiores arrecadações do Estado e daqui alguns anos com certeza terá a maior do Estado.

São José dos Pinhais não pode conviver com a falta de água potável, esgoto e outras infra-estruturas de relevância para o bem-estar da população.

O Jardim Ofélia situado próximo ao Guatupê e Guarituba, tem como rua principal Ieda Solange Ribeiro.

Hoje com 5.000 moradores, bairro de ocupação desde 1993, perece pela falta do bem precioso que é a água. Por isto é que se faz necessário e urgente a implantação do sistema de água potável para a população.

**REQUERIMENTO Nº 1532**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Araucária, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Izidoro Ksiazkiewtzc - Jardim Chantilly, os quais pedem a implantação de anti-pó nessa rua. Há muito pó e quando chove forma-se muita lama, causando muitos transtornos para todos. Eles se propõem a pagar pelo benefício.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 1533**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Araucária, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos da Escola Municipal Nadir Alves Pinto, localizada no Conjunto Maranhão, os quais solicitam agilização da construção de uma sala de aula, a qual estava prevista para ser entregue no mês de junho próximo passado.

Afirmam eles que com a implantação do "Projeto Acelera Brasil", os alunos da 3ª série foram removidos para o barracão da Capela e têm sofrido muito com o deslocamento até o mesmo. A rua é perigosa correm risco de acidentes e nos dias de chuva ficam todos molhados, causando problemas de saúde. Pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1534

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Magro, no sentido de atender o pedido do Senhor João Leocádio Prestes, o qual, em nome de todos os moradores da Rua Norte Sul - Jardim Boa Vista I, pede a recolocação da caçamba nessa rua, a qual servia para que os mesmos depositassem o lixo de suas casas. Eles não têm onde jogar o lixo, motivo de tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1535

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Centauro - Bairro Uberaba, os quais pedem policiamento ostensivo nas ruas desse bairro e na Av. Comendador Franco, proximidades do nº 7817. Os assaltos são freqüentes e muitos adolescentes desocupados apedrejam as residências causando muitos problemas para os moradores.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1536

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Centro, os quais pedem policiamento ostensivo na Rua Nunes Machado, entre a Rua Dr. Pedrosa e Av. Visconde de Guarapuava. Ocorrem assaltos freqüentemente e a ação de marginais e desocupados nesse trecho é muito intensa.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1537

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para

que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Cosmos - Bairro do Pilarzinho, os quais pedem policiamento ostensivo nesse bairro, proximidades da Rua Antonio Petruzielo.

No local há traficantes e usuários de drogas que vêm causando medo e apreensão em toda a comunidade. Os problemas acontecem principalmente nos finais de semana.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1538

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro do Ahú, os quais pedem a implantação de um "Tóten" nas proximidades da Rua Francisco de Paula Guimarães e do Colégio Dom Bosco. Muitos desocupados reúnem-se nesses locais e a presença de policiais com certeza trará mais segurança para a população.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1539

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Regina Aparecida Rodrigues Bernacche, residente à Rua Leocádia Wistuga Peressutti nº 3458 - Jardim Novos Horizontes - colônia Antonio Prado, a qual pede a passagem da máquina e a colocação de saibro nas ruas desse bairro. Toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1540

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Novos Horizontes - Colônia Antonio Prado - Município de Almirante Tamandaré, os quais pedem policiamento ostensivo nesse local. Assaltos ocorrem diariamente nos ônibus e a

população encontra-se muito apreensiva e desprotegida.

Sala das Sessões, 14.09.98.  
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 369/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Sindicato de Trabalhadores da Indústria do Vestuário, do Município de Apucarana, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.98.  
(a) IRONDI PUGLIESI

### JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública o Sindicato de Trabalhadores da Indústria do Vestuário, com sede e foro no Município de Apucarana, neste Estado, o fazemos conscientes da necessidade do referido Sindicato de Trabalhador de beneficiar em seus direitos os trabalhadores deste promissor município de nosso Estado, através da identificação, mobilização e formação de novas idéias capazes de representar os diversos interesses dos trabalhadores.

Terá também como finalidade auxiliar os trabalhos do Sindicato de Trabalhadores da Indústria do Vestuário de Apucarana, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, a fim de se obter os direitos e interesses dos mesmos.

PROJETO DE LEI Nº 370/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o art. 7, da Lei nº5503, de 03 de fevereiro de 1967, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito especial à Secretaria de Estado da Fazenda, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), destinado a cobrir despesas com a instalação e funcionamento da Caixa Econômica do Estado do Paraná”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.98.  
(a) ANIBAL KHURY

### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de ativar a Lei nº 5503, de 3 de fevereiro de 1967, que criou a Caixa Econômica Estadual, atualizando os recursos destinados a instalação e funcionamento da instituição.

A Caixa Econômica do Estado do Paraná, com funcionamento direcionado com o propósito de mobilizar e canalizar os recursos de depósitos populares, cumprirá papel relevante de fomento de recursos para que o Poder Público possa financiar seus projetos sociais, sempre direcionado ao bem-estar do povo paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 371/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de Escola Estadual Loris Escorsin, a atual Escola Estadual São Braz, estabelecimento educacional de nossa Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.98.  
(a) ANIBAL KHURY

### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo homenagear um curitibano que muito fez pela sua comunidade, colocando o seu nome numa escola estadual do Bairro de São Braz, onde nasceu e morou durante toda a sua vida.

Loris Escorsin, nasceu em Curitiba, em 22 de dezembro de 1922. Filho de Antônio Escorsin e Celeste Dallabona Escorsin, ambos descendentes de italianos. O seu genitor, Antônio, foi proprietário do primeiro armazém da região.

Desde muito jovem, Loris trabalhou junto a família no trato da lavoura e posteriormente, no cultivo, trato e comércio da erva-mate.

Em 1950, casou-se com Gemma Ermínia Lucca, também de família de descendentes de italianos, e de pioneiros do bairro.

Depois do casamento, Loris passou a trabalhar com carnes, principalmente suínos, tendo sido o proprietário do primeiro açougue de São Braz e região. Neste ramo, ficou por mais de 40 anos. Sua maior peculiaridade no tempo em que trabalhou com açougue, e o que chamava a atenção de toda a comunidade, era o fato de que, duas vezes por sem-



ana pela manhã, formava-se uma imensa fila na porta do "matadouro", uma vez que Loris distribuía gratuitamente, aos pobres determinada quantia de carne.

Depois da aposentadoria, continuou trabalhando, sendo escolhido, por vários anos, o melhor vendedor do Frigorífico Santo Antônio.

Loris era respeitado por todos, em virtude de sua conduta sempre correta e serena. Na comunidade, ao longo de sua vida, sempre se destacou pelo espírito humanitário, sendo quase que incalculável o número de pessoas que ajudou e amparou.

Loris Escorsin faleceu a 25 de agosto de 1997, aos 74 anos, deixando além de sua esposa, Gemma e quatro filhos: Rosali, Denise, Silvette, Loris; e os netos: Giédri, Gianni, Genise, José, Gioceli e Loris, uma lacuna impreenchível, um exemplo de vida a ser seguido e uma imensa saudade no coração de todos os que tiveram o prazer e a honra de tê-lo conhecido.

Além desta justificativa, queremos informar aos nossos pares, que o terreno onde funciona a escola foi doado pela família de Loris Escorsin, que o nosso homenageado foi um dos que mais contribuíram para a sua construção e que a sua construção e que a sua esposa, Dona Gemma, uma das primeiras professoras da escola e aposentou-se lecionando no estabelecimento.

#### PROJETO DE LEI Nº 372/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de São Jorge do Ivaí, com sede e foro no mesmo Município, sita à Rua Vereador Miguel Mansano, nº 169 - São Jorge do Ivaí-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Jorge do Ivaí, a exemplo de suas congêneres, tem desenvolvido um importante trabalho junto às crianças excepcionais daquele município.

Fundada em 1997 (22 de agosto) a APAE vem contando com a comunidade do município para angariar recursos através de eventos e diversos

(bingos, leilões, bailes e barracas beneficentes) para sua manutenção, uma vez que não possui fins lucrativos.

Com a finalidade de regularizar sua documentação e promover seu cadastro junto aos Órgãos Estaduais, estamos solicitando a presente declaração de Utilidade Pública.

#### PROJETO DE LEI Nº 373/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Lar - Sociedade Assistencial Ebenézer, com sede e foro no município de Jaguapitã/PR, sita à Av. Bandeirantes, 73 - Jaguapitã/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

A SAE - Sociedade Assistencial Ebenézer - Casa Lar, situada no município de Jaguapitã/PR, fundada em 1995, tem por objetivo prestar serviços de Utilidade Pública nas áreas educacional, espiritual, assistencial habitacional, esportivo e experimental.

Conforme consta da documentação em anexo, apresentada pela Instituição, a mesma atende crianças de zero a 12 anos, com toda a assistência familiar, ou seja, as crianças residem no local até serem adotadas, pois não possuem famílias próprias que as criem, ficando naquele local no aguardo de uma família substituta.

Além de moradia e educação, também são fornecidos atendimento médico e odontológico e também de fisioterapeuta, sempre com o auxílio da comunidade, além de APAE e Prefeitura Municipal, pois a Instituição não possui recursos próprios.

Com a finalidade de regularizar sua documentação e promover seu cadastro junto aos Órgãos Estaduais, estamos solicitando a presente declaração de Utilidade Pública.

#### PROJETO DE LEI Nº 374/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Graciosa do Município de Quatro Barras, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública a Escola Graciosa, neste Estado, com sede e fóro no Município de Quatro Barras, neste Estado, o fazemos conscientes da necessidade da comunidade local que será imensamente beneficiada, através do trabalho desenvolvido pela referida entidade de ensino que atende as crianças de maneira exemplar, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, política ou de outra, natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, a fim de se obter a elevação da qualidade de ensino dos mesmos.

PROJETO DE LEI Nº 375/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Municipal de Artistas e Técnicos em Espetáculos, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.98.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Municipal de Artistas e Técnicos em Espetáculos, foi criada com o objetivo de integrar e dinamizar as ações da comunidade artístico-cultural do Município de Paranaguá, desenvolvendo na comunidade o interesse pelas artes cênicas e pela atividade cultural.

Sendo assim, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 376/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais com sede e foro na Cidade de Nova Olímpia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.98.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede à Rua Santa Catarina, 377 na cidade de Nova Olímpia, constituída sob forma de sociedade civil filantrópicas, de caráter cultural, assistencial e educacional sem fins lucrativos, tem duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A APAE, tem por finalidade a promoção de medidas de âmbito municipal que visem assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais; coordenar e executar na sua área de jurisdição os objetivos, programas e a política da Federação das APAEs do Estado e da Federação Nacional das APAEs; servir de órgão de articulação com outras entidades no município, que defendam a causa do excepcional em qualquer de seus aspectos; encarregar-se, em âmbito municipal, da reunião e divulgação de informação sobre assuntos referentes ao excepcional, cabendo-lhe especialmente, o planejamento de programas, a publicação de trabalhos e de outras especialidades; realizar campanhas financeiras de âmbito nacional, e colocar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de levantamento de fundos destinados a auxiliar as obras de assistência ao excepcional, bem como a realização das finalidades da APAE; conveniar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como, solicitar e receber auxílio ou subvenção de órgãos públicos ou particulares; firmar convênios com entidades análogas, órgãos públicos e empresas, para concepção, desenvolvimento, aprovação, produção industrial e comercialização de material escolar, educacional, médico e outros, destinados a suprir carências e abastecer a APAE de forma adequada e a baixo custo; promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares, com colônias de férias, jardinagem e clubes; criar centros de profissionalização para o excepcional e criar e auxiliar na manutenção de lares para o excepcional.

A documentação que institui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78 que dispõe a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 377/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação de Skate do Paraná, com foro e sede no Município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

A Federação de Skate do Paraná, fundada em 13 de julho de 1996, no Município de Curitiba, onde tem sua sede na Rua Desembargador Motta nº 3231, no Bairro das Mercês, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter desportivo, sendo constituída pelas associações municipais e regionais de Skate no Estado do Paraná. Tem por finalidade: congregar os responsáveis pelo esporte do "Skate", em prol de seus interesses comuns, promover campeonatos, jogos, exposições, debates e demonstrações, divulgando, conscientizando e despertando o interesse da população pelo esporte, especialmente pelo "Skate", representar a modalidade do Skate junto aos órgãos públicos e entidades particulares, bem como expedir às filiadas, com força de mandamentos a serem obedecidos, os códigos, regulamentos, regimentos, avisos, circulares, instruções ou outros quaisquer atos necessários à organização, ao funcionamento e a disciplina do Skate. Há de se ressaltar que ainda em 1997, ano de sua fundação, a Federação do Skate do Paraná deu início ao "Projeto Skate na Praça", um trabalho que ensina a prática deste esporte aos meninos de rua de Curitiba e que através desse projeto, ajuda no encaminhamento dos mesmos à uma casa de abrigo da Prefeitura de Curitiba.

Diante do exposto e conforme a documentação que em anexo encaminhamos, o presente plano de lei atende os requisitos exigidos pela lei que disciplina a matéria, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis para a sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 378/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado de Rodovia Adail Costa, o trecho da PR-453, que liga a cidade de Apucarana ao Município de Rio Bom, passando pelo Distrito de São Domingos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.98.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A intenção deste projeto de lei é na realidade prestar uma pequena homenagem, a alguém que com seu pioneirismo, prestou há anos atrás uma parcela muito grande de benefícios e progressos a esta região.

Há exatamente 64 anos atrás, chegava na cidade de Apucarana, o pioneiro Adail Costa, vindo da Cidade de Diamantina, Minas Gerais, a convite de seu tio Benevides Mesquita, trazendo na sua bagagem, esperança vontade de trabalhar, e confiança no futuro, e trazendo principalmente a sua companheira (esposa) de todas as horas até seus últimos dias, Sra. Maria Conceição do Carmo Costa.

Antes de seu falecimento em 06.01.97, nas agradáveis conversas no fim de tarde, na sua residência ou na sua fazenda no distrito de São Domingos, o Sr. Adail Costa contava a seus amigos e filhos que chegou a esta cidade por uma pequena trilha no meio da mata com seus três cavalos, onde trazia sua esposa, mantimentos e roupas, para comerem e dormirem na viagem em meio a selva, repleta de bichos e cobras, onde coragem e a vontade de vencer eram as suas razões para aquela aventura.

Sua primeira casa foi construída de palmitos, coberta de sapé e chão batido, não havia nem luz, nem água, nem vizinhos, apenas matas, bichos, insetos, etc.

Seus instrumentos de trabalho eram na época, a foice, o machado e a enxada. Com o tempo e ajuda de seu tio Benevides Mesquita, o Sr. Adail conseguindo junto a Companhia de Terras Norte do Paraná, o consentimento para ajudar a colonização desta região.

Nesta atividade ele com seu jeito "mineiro" e sério de tratar os negócios conseguiu melhorar as suas condições de vida, e fazer seu próprio patrimônio, tanto que, após alguns anos ergueu a sua primeira casa de madeira juntamente com seu tio Benevides, ao lado da atual e principal praça de Apucarana (Praça Manoel Ribas), casa esta que foi desmanchada e reconstituída da mesma forma para que passasse a pertencer ao Acervo do Museu Histórico desta cidade para visita dos munícipes e comprovação do pioneirismo.

A vida começava a mudar para o Adail e Maria Conceição, porque com a ajuda dos serviços da única parteira da região, D.Ermínia (já falecida) sua família começava a aumentar com a vinda de seus filhos, a mais velha Geralda e depois seu único filho Antonio Ari, os quais mais tarde viriam a lhe dar grande orgulho e satisfação, pois os mesmos para sua alegria, lhes dedicaram seus diplomas de curso superior, o que na realidade era o sonho de Adail e Maria Conceição. Isto sem contar a feli-

cidade que lhes causaram com a vinda de seus netos Marcela, Rafaela e Isaac.

Sua filha Geralda seguiu a tradição de sua mãe, excelente esposa, dona de casa, e auxiliadora de clubes de serviços sociais para atender à comunidade.

Seu filho Ari, além de atuante advogado, é membro do Rotary Club, foi presidente do mais tradicional clube da cidade (Club 28 de Janeiro).

O Sr. Adail, que cada vez mais acreditava na região, vislumbrou com muita astúcia o poder e a fertilidade das terras deste município, e como o seu interesse era de passar toda a sua vida e criar seus filhos nesta terra prometida, adquiriu sua primeira propriedade rural onde se formaria um dos distritos mais importantes do município: São Domingos, que cresceria junto à sua propriedade sendo que o próprio Sr. Adail mais tarde cederia terras de sua fazenda para o crescimento daquela localidade.

O pioneiro Sr. Adail participou do erguimento das primeiras casas de Apucarana, participou da inauguração da pedra fundamental da Igreja Matriz, hoje Catedral, participou da inauguração e construção do Fórum de Apucarana, teve uma participação atuante na instalação da telefonia da cidade (Ortepa), em resumo participou de todos os eventos importantes para o crescimento de nossa região.

Senhores Deputados, relatados o mínimo das vidas do Sr. Adail e D. Conceição, verificamos que o mesmo foi na realidade um dos primeiros pioneiros da cidade, e também o grande pioneiro do distrito de São Domingos, e consultando, os munícipes daquele local, constatamos por unanimidade que a comunidade acha justa a homenagem prestada a este valente e pioneiro cidadão, denominando o trecho de aproximadamente 20 km de estrada que liga a cidade de Apucarana passando pelo Distrito de São Domingos, até a divisa do Município de Rio Bom de Rodovia Adail Costa.

Certo de suas compreensões, subscrevo.

PROJETO DE LEI Nº 379/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica obrigada a contratação de músicos paranaenses e a execução de músicas produzidas no Estado do Paraná, em todos os eventos musicais, nas programações e contratações de radiodifusão e televisão do Estado, de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), nos quais as empresas e autarquias públicos e o Poder Executivo do Estado e dos Municípios tenham participação.

§ 1º - Os músicos paranaenses, referidos no "caput" do art. 1º desta Lei, deverão estar regularizados na Regional da Ordem dos Músicos.

§ 2º - No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das despesas dos eventos serão destinados ao pagamento dos músicos paranaenses.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação desta, assegurada a participação das entidades da sociedade civil interessadas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.98.

(a) RENATO ADUR

#### JUSTIFICATIVA:

Tem o presente plano de lei o objetivo de criar a obrigatoriedade de execução de músicas em nosso Estado e da contratação dos nossos músicos para difundir mais a música paranaense.

Esta propositura não se trata de novidade pois a indústria cinematográfica já está de certa forma protegida, quando ao se apresentar um espetáculo internacional faz-se necessário a apresentação obrigatória de um percentual de programação nacional.

Levando-se em conta a obrigatoriedade de apresentação do jornal estadual cremos ser de igual importância a existência de um espaço para nossa música. Consumindo o que é nosso também aumentaremos a arrecadação do ICMS, beneficiando nosso Estado.

Importante salientar o que reza o art. 190 da Constituição Estadual "...definida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipais, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa". E mais no parágrafo único, dentre outras disposições, fica assegurado ao Estado "o acesso aos espaços de difusão e o direito à fruição dos bens culturais". O parágrafo único do art. 192 fala da necessidade da valorização do artista paranaense. O art. 193 diz que cabe ao Estado proteger os espaços destinados às manifestações artístico culturais.

A produção artística, principalmente a música, é a expressão cultural mais efetiva de uma sociedade e do seu tempo. É fator essencial de desenvolvimento, memória e fixação das relações sociais. Só a sociedade produz música, e somente as sociedades humanas podem sonhar e se desenvolver justamente por possuir uma base cultural comum.

Diante do exposto, vemos que a intervenção do Estado é imprescindível para que a nossa cultura

se imponha, e contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 380/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, o Centro de Tradições Gaúchas Sentinelas do Pago, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.98.  
(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Tradições Gaúchas Sentinelas do Pago, entidade fundada em 27 de fevereiro de 1.994, sob o nome de Centro de Tradições Rancho da Esperança teve alterado o regimento interno do C.T.G. e do departamento social do clube em 22 de setembro de 1996 em assembléia geral que aprovou a nova denominação do C.T.G. Sentinelas do Pago entidade com fins filantrópicos que vem atuando nos meios sociais, auxiliando não somente aos seus associados, e também às demais famílias, que procuram aos membros desta entidade.

A Diretoria do C.T.G. Sentinelas do Pago, juntamente com os demais sócios colaboradores vem exercendo um trabalho digno de elogios direcionado às pessoas carentes e necessitadas do Município de São José e arredores, assistindo com cesta básica, medicamentos e encaminhamento médicos, minorando assim o sofrimento de muitas famílias necessitadas.

Mediante o exposto, achamos ser a mesma merecedora do título de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 381/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O servidor público será aposentado com os valores do respectivo cargo em comissão que estiver exercendo ou exercido, nos seguintes casos e situações:

I - ter exercido o cargo em comissão por um período não inferior a cinco anos consecutivos ou alternados;

II - a aposentadoria se dará no cargo de valor mais elevado, e desde que exercido por período igual ou superior a vinte e quatro meses;

III - nos outros casos, o cálculo para a incorporação para efeito de aposentadoria será feito com base no percentual médio recebido pelo exercício dos cargos em Comissão, ressalvado o disposto no inciso I.

Art. 2º - A gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva será incorporada aos proventos da aposentadoria, desde que o servidor conte no mínimo com (05) cinco ininterruptos ou alternados no mesmo regime.

Parágrafo Único - O cálculo para a incorporação será feito com base no percentual médio recebido nos últimos trinta e seis meses em que o servidor prestou serviços sob esse regime, vedada a percepção cumulativa com o disposto no artigo 1º desta lei.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a implantação do disposto nesta lei que entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.98.  
(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorizar o Chefe do Poder Executivo a proceder a necessária adequação da aposentadoria dos atuais servidores públicos do Estado do Paraná.

A atual legislação estadual tem trazido dificuldades e interpretações até diversificadas no tocante à aposentadoria dos servidores que exercem cargos e funções em regime de dedicação exclusiva, sendo pois necessário restabelecer os princípios da legislação já consolidada anteriormente.

Ademais, o texto procura resolver graves distorções decorrentes da implantação do Plano de carreira do Magistério Superior, sobretudo no que diz respeito aos docentes que exercem funções e responsabilidades administrativas além daquelas de ensino, pesquisa e extensão, como é o caso dos Chefes de Departamentos.

A aprovação do projeto de lei trará benefícios à estruturação do serviço público paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 382/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Infância - Creche João Paulo II", com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.09.98

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Proteção à Infância - Creche João Paulo II", que pretendemos seja declarada de utilidade pública, foi constituída com a finalidade de dar assistência e educação de crianças cujas mães trabalham fora do lar; assistência alimentar à criança, ao lactente em estado de desnutrição e reconhecidamente pobre, principalmente aos de família com prole numerosa; divulgação dos preceitos de higiene; recreação e educação física dirigida às crianças e outras iniciativas ou empreendimentos em favor da infância.

Assim sendo, solicito aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis o devido apoioimento para aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 4 (quatro) de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 2 (dois) de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Ofício Audig/Retex - 1383/98 subscrito pelo Sr. vice-Presidente no exercício da Presidência do BANESTADO S.A., constante do expediente, solicitando nova prorrogação de prazo, até 31.10.98 para a prestação de contas anual do BANESTADO S/A, relativo ao exercício financeiro de 1997. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 028/98, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Marilândia do Sul, com sede e foro em Marilândia do Sul. (Publ. no D.A. 04, de 02.03.98).

**Em votação.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Vamos proceder à verificação de votação, requerida pelo Deputado Valdir Rossoni.

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).**

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, solicito o cancelamento da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Chamada nominal cancelada. Passaremos à verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, solicito o cancelamento da verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

**Aprovado.**

**ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 184/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita "Semeador da Verdade", com sede e foro na Cidade de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 63, de 19.05.98).**

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 194/98, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Creche Escolinha "Irmãs de Betânia", com sede e foro em Londrina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 194/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Escolinha "Irmãs de Betânia", com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor em na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.08.98

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente  
RENATO ADUR - Relator

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 251/98, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro em Quarto Centenário. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 251/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância com sede no Município de Quarto Centenário e foro no Município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.08.98

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente  
EDUARDO TREVISAN - Relator

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/97, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Entidade denominada "Bom Samaritano", com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação "Reviver - Enquanto Há Vida Há Esperança - SOS Drogas", no Município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 646/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Câmara de Integração do MERCOSUL, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação dos Incisos I e IV, do Art. 2º da Lei nº 6.938, de 21 de outubro de 1977, que instituiu o Fundo Paranaense de Mineração. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 10.03.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 039/98

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo alterar redação dos incisos I e IV, do artigo 2º, da Lei nº 6.938, de 21 de outubro de 1977, que instituiu o Fundo Paranaense de Mineração.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 31.03.98  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública o Centro Profissionalizante "Rede Esperança", com sede e foro em Curitiba. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 43, de 27.04.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 136/97

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro Profissionalizante "Rede Esperança", com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, vez que nos foi encaminhada a complementação solicitada ao autor, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Usina de conhecimento central, com sede e foro em Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97, de 30.06.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 273/98

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Usina Central de Conhecimento Central, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.  
Sala das Comissões, em 25.08.98.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/98, que autoriza o Poder Executivo a doar à União Paranaense dos Estudantes - UPE, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital, conforme especifica. **COM PARECER**

**FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 105, de 04.08.98, Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 283/98

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar à União Paranaense dos Estudantes - UPE, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital, conforme especifica.

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 35/98, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paranaguá, parte do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 105, de 04.08.98, Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 284/98

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paranaguá, parte do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1.997, que instituiu a Agência de Desenvolvimento Paraná S.A.. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 111, de 17.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 322/98

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo alterar a Lei nº



11.741, de 19 de junho de 1.997, que instituiu a Agência de Desenvolvimento Paraná S.A..

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda substitutiva geral, para melhor adequá-la às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 322/98

Art. 1º - Ficam alterados o parágrafo único do art. 3º e o art. 5º, da Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1.997, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 3º...

Parágrafo Único - Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos serão destinados à concessão de financiamento ou operações de garantia de crédito (aval) para os micros, pequenos e médios empreendedores, que atuam nos setores, agrícola, industrial, comercial e de serviços, instalados no território paranaense.”

“Art. 5º - A administração social da Agência de Desenvolvimento será exercida por um Conselho de Administração, composto pelos seguintes membros: Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, Secretário de Estado do Governo, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A. ou por representantes por eles indicados, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP e Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná - FACIAP, ou por representantes por eles indicados, presidido pelo Secretário de Estado da Fazenda, e por uma diretoria por 05 (cinco) membros, com competência a ser fixada em Estatuto Social e remuneração limitada à de Secretário de Estado.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

É com satisfação que esta Mesa Executiva em nome de todos os Senhores Deputados, cumprimenta a Rede Paranaense de Televisão e a sua direção, bem como o seu corpo de funcionários pelo Prêmio do Instituto Miguel Calmon, que honra o nosso Estado, nos meios da televisão, da rádio difusão e dos meios de comunicação em todo o Território Nacional.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1518, 1519, 1520, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1521, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1530, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1531, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1532 a 1540, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1543 e 1544, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1547 e 1548, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1550, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª - DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 039, 136, 273, 283, 284 e 322/98.

1ª - DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 532, 726/97, 228 e 279/98.

Levanta-se a sessão.